

Sorocaba, 14 de novembro de 2025.

RELATO CIRCUNSTACIADO

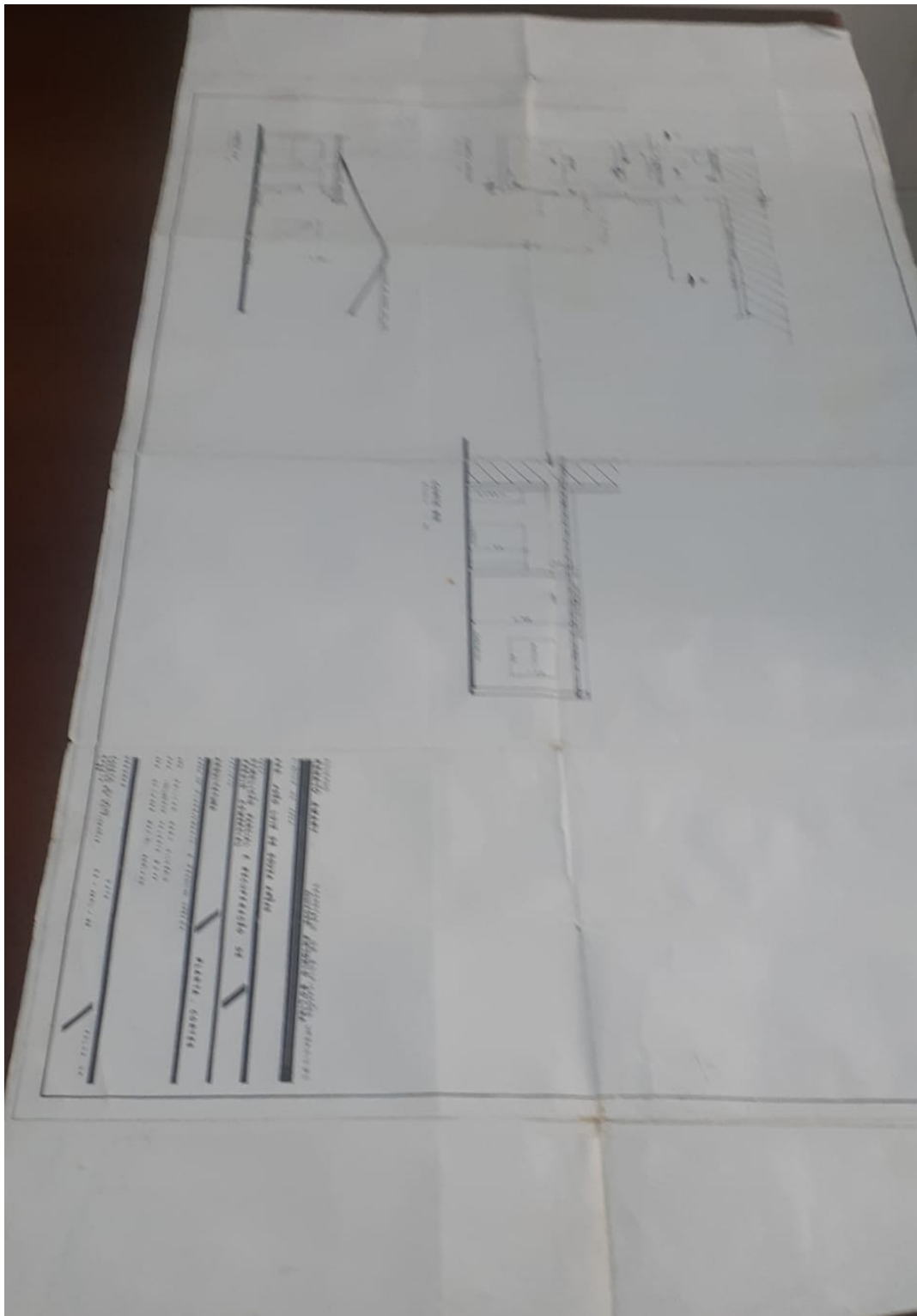
- 1- O imóvel foi adquirido em setembro/1988 através de leilão da Nossa Caixa, hoje BB, nas condições em que se encontrava (era uma das cláusulas). A parte dos fundos do imóvel não existia (havia afundado), o muro de divisa com o parque havia desmoronado. Sendo assim, é evidente que qualquer construção que fosse feita nesse local exigiria critérios rigorosos.
- 2- Em 1990 construí o muro e uma varanda que hoje serve de cozinha.
- 3- Em 1991 foi construída a edícula observando as características do terreno sendo que havia um muro distante um metro da parede da mesma, e que até o desmoronamento, em 1993, nunca apresentara rachadura.
- 4- Em 1993 a PMS implantou a rede esgoto da escolinha para revitalização do Parque Natural Ouro Fino e essas obras provocaram danos em algumas residências que ficam acima da minha e entornam o parque. Para evitar danos maiores provocados pelas máquinas que removiam o aterro onde ficam as casas, foi construída uma barreira. As escavações para construção da barreira (eram imensos buracos, não em linha reta, mas em curva, preenchidos depois por sacos de uma mistura de cimento,) se aproximaram tanto do meu imóvel que provocou a queda do muro e desmoronamento da edícula (só vendo para entender). Tanto que os funcionários da PMS passaram a noite trabalhando no aterramento iluminados por faróis das máquinas para evitar danos maiores ao meu imóvel.
- 5- Sem necessidade de solicitação de minha parte, a edícula foi demolida e reconstruída pela PMS, tendo a obra sido interrompida em agosto por necessidade de encaminhamento dos funcionários para a finalização do Terminal São Paulo (foi o que os pedreiros informaram na época) que seria inaugurado em 15/08. Como não acontecia a retomada da obra, reclamei junto a imprensa, que publicou uma explicação da PMS pouco coerente (inverídica, pois não foram as chuvas que causaram o desmoronamento). A obra foi concluída, sem que nenhum comprovante me fosse entregue, **desta vez sem muro, isto é, a parede se tornou o muro** e não demorou muito para surgirem rachaduras que punham em risco a segurança de minha família.
- 6- Em 1996 acionei a PMS e solicitei providências sendo atendida nos mesmos moldes de 1993 (nenhum comprovante me foi entregue). Desta vez foi aberto o processo de Nº 4.139/96. A edícula foi demolida e reconstruída sem nenhum critério com a parede servindo de muro (nada contra se tivesse uma sustentação). Não demorou a que as rachaduras aparecessem com mais intensidade e oferecendo maior perigo.
- 7- Em 1999, novamente acionei a PMS. Desta vez foi contratada a DAMO ENGENHARIA para demolição e reconstrução e, pelo que consta, não há registro desta obra no órgão próprio da PMS. Nessa contratação estiveram presentes o engenheiro Giovanni Dalla Mora e o mestre de obra Sr. João Batista de Barros. Alguns materiais usados que eram de segunda mão (telhas e porta que não aceitei e comprei de alumínio). Em julho a

obra foi entregue sem nenhum comprovante, com a promessa de que não haveria mais incidentes. Assim sendo, construí uma varanda em toda extensão do muro, constatando que o mesmo apresentava risco por falta de arrimo. Colunas foram feitas para sustentação da parede, deixando o muro intocado. Em maio de 2001 aconteceu o primeiro rompimento do cano, próximo ao tanque. Antes disso havia uma pequena fenda surgindo na cozinha que se interliga ao restante (área de serviço e edícula), mas não me preocupei cansada que estava. Anos após anos, novos rompimentos do cano e as fendas aumentadas.

- 8- Um rompimento do cano, em junho/2011, me levou a procurar a defesa civil (já contatada dois anos antes, sem sucesso), pois é freqüente ouvir estalos por quem está no quarto em que a edícula se transformara. Tenho comprovante do atendimento da Defesa Civil.
- 9- Em julho/2011 foi feita a inspeção por um engenheiro (não informou o nome) que constatou que faltaram critérios na construção (conforme resposta que nem me foi entregue) e pôs em dúvida se fora edificada pela PMS. Comprovei apresentando a reportagem do jornal (meu único comprovante) e o atendimento tomou novo rumo, mas como ia muito vagarosamente, contatei todos os vereadores, sendo que tive a resposta de quatro e com intervenção do então vereador Crespo. (PA 16950/2011)
- 10- Em 26/01/2012, recebi a visita do engenheiro Nivaldo. Esse engenheiro me constrangeu e pôs em dúvida minha idoneidade, me considerando oportunista. O atendimento ao solicitado (reparo na construção) foi negado sob a alegação de que não houvera intervenção da PMS. Como comprovante tenho uma planta da construção que foi anexada ao pedido em 2011 e ignorada.
- 11- Cansada e sem esperança de atendimento por parte do poder público, tomei a iniciativa, em 2012, de colocar em prática um antigo projeto, também almejando a solucionar o problema por minha conta e ampliei a construção. Todas as fendas foram preenchidas e o revestimento da área de serviço foi trocado em parte, pois foi fechada uma janela desse espaço. Foi trocado todo o revestimento da cozinha devido aos estragos. Nestes últimos anos os problemas se agravaram, com as fendas aumentadas, culminando com a queda de parte do reboco da cobertura da área de serviço que me assustou e me levou a chamar a Defesa Civil, cujo relatório está anexado.
- 12- Esclareço que não estou reivindicando a demolição, mas tão somente a reparação dos danos causados pela falta de construção adequada, não incluindo a ampliação feita após a obra. São MAIS DE 30 ANOS VIVENDO EM INSEGURANÇA. Quero e preciso ser ouvida.
- 13- Todo o relatado está comprovado por fotos e documentos, incluindo reportagens do jornal Cruzeiro do Sul e poderá ser constatado in loco o que corrobora o parecer de 2011/2012.

Valdice Terezinha Gusmão

CPF 748.686.918-72



PLANTA GERAL FORNECIDA PELA EQUIPE DA PMS

GOVERNO
RENATO AMARY

SECRETARIA DE EDIFICAÇÕES URBANISMO
Eng. JOSÉ ANTONIO BOLINA

DIRETOR DE ÁREA

ARQ. JOÃO LUIZ DE SOUZA ARÊAS

OBRA
**DEMOLIÇÃO PARCIAL E RECUPERAÇÃO DE
PRÉDIO COMERCIAL**

PROJETO

ARQUITETURA **PLANTA, CORTES**

ÁREA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA URBANA

ARQ. AMILTON NERY SILVÉRIO
ARQ. ISALBERTO VALENTE BOFF
ARQ. SOLANGE MACIEL SORIANO

DESENHO DATA FOLHA Nº

FAUSTO GUIRINO
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
ESCALA
1:50

06 / ABRIL / 99

RECORTE COM DESTAQUE PARA A DATA 06/04/1999



Obs: aos fundos da residência está passando a rede de drenagem do SAAE e aparentemente rede de esgoto.





**Gabinete
do Prefeito**

8- Segue cópia integral conforme

solicitado.

9- Se a Prefeitura de Sorocaba fosse realmente a causadora pelos danos ocorridos, obviamente seria a responsável, mas não é o caso, conforme informações técnicas emitidas pelo corpo técnico da Prefeitura.

Sendo só o que se nos apresenta, subscrevemo-nos renovando nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


VITOR LIPPI
Prefeito

Exmo. Sr.
VEREADOR JOSÉ FRANCISCO MARTINEZ
DD. Presidente da Câmara Municipal
SOROCABA - SP



Pode se notar que os materiais empregados na reforma foram economizados, (sem mistura correta dos agregados para a edificação), trazendo insegurança no conjunto total na execução da reforma x estrutura do local.



FOTOS FEITAS POR ENGENHEIRO CONTATADO.

Cidade

Abandono de Parque gera problemas aos vizinhos

Os moradores da rua José Rodrigues da Silva, no Jardim Ouro Fino, têm um vizinho que está lhes causando algumas dores de cabeça: o Parque Municipal, inaugurado em dezembro de 92. Devido ao completo estado de abandono do Parque, a erosão se expandiu, causando desmoronamentos que afetaram a estrutura das casas que dão fundo para local. Rodolfo Cattani, proprietário da casa de número 212, por exemplo, há seis meses teve sua edícula completamente destruída. A Secretaria de Serviços Públicos (Serp) assumiu a recuperação dos danos, mas há um mês as obras estão paralisadas, "devido a mudança na lei que rege a licitação para aquisição de materiais pelos órgãos públicos".

Segundo Cattani, "seu problema teve início no ano passado, quando a Prefeitura passou uma máquina para abrir uma passagem dentro do Parque. Sem vegetação, o barranco no



A erosão na área do Parque é uma das reclamações no Ouro Fino

muros das casas de números 302 e 312. "Em quinze dias eles vieram até aqui e levantaram as paredes da edícula. Pensávamos que iriam solucionar rapidamente o nosso problema, mas pararam a

A Prefeitura se responsabilizou pela reconstrução da edícula e dos

obra alegando que não tem recursos para adquirir a laje", disse. Para Cattani, "a Prefeitura bem que poderia ter reparado os pequenos danos, como terminar os muros das outras casas. Não queremos que ela termine o mais urgente possível, porque assim não dá para ficar". Sem muros, a casa tem acesso livre para as lajeiras que entram pelo Parque e muitas vezes trouxeram materiais de construção.

O assessor técnico da Serp, Gerson Nascimento, confirmou ontem o problema dos moradores. "A causa foi um trator que desmatou um trecho do Parque, causando erosão. Com as chuvas de janeiro e fevereiro, os muros cederam juntamente com a edícula. Fomos obrigados a fazer um serviço muito grande, mas estamos com problemas para aquisição de material, devido a nova lei que rege a licitação para os órgãos públicos. Isso provocou um atraso em todas as obras".

Cidades

CRUZEIRO DO SUL

A1

Quarta-feira, 20 de março de 2013

NÁ DÉCADAS



A moradora mostra a reportagem feita na época em que a construção começou a dar problemas

Casa afetada por obra da prefeitura continua com problema

Rachaduras aumentam e comprometem a estrutura do imóvel

Telma Silveira

reportagem publicada em 2003

As rachaduras nas paredes e chão da casa n.º 312, da rua José Rodrigues da Silva, no Jardim Ouro Fino, está ficando o sono da família que reside há mais de 20 anos no imóvel. Localizada nos fundos do Parque Natural Ouro Fino, a casa teve sua estrutura abalada após algumas obras de implantação do parque, realizadas em dezembro de 1992. Entre 1993 e 1999 houve três intervenções em parte da construção da casa, tendo sido, inclusive, publicada pelo jornal *Cruzeiro do Sul*. Mas o prédio continua a oferecer riscos e, diante de um processo aberto há mais de duas décadas, os moradores cobram providências.

A dona de casa Valdice Teveszinha Gusmão conta que a família adquiriu o imóvel em 88, num leilão da Caixa. Em dezembro de 1992, durante as obras para a implantação de uma passagem no parque, a edícula já teria sido abalada. Mas foi a após a construção de uma barreira com sacos de cimento que o prédio chegou a cair literalmente, afirma a moradora. Ela revela que a primeira intervenção, em 93, foi paralisada por causa das obras dos terminais de ônibus. A advogada Telma Cattani explica que a última obra para a reconstrução da edicu-

la envolveu uma empresa contratada pela Prefeitura.

O processo n.º 4.139 foi aberto em 1996 e pode ser conferido na Secretaria de Negócios Jurídicos, ressalta Telma. Ela conta que a família vem acionando a Prefeitura à medida que as rachaduras vem se agravando. "Fa-

66

Noxa casa está dividindo como dá para ver. Está dando problemas no chuveiro, encanamento, telhas saindo do lugar e até a porta vamos ter que trocar"

Telma Cattani, moradora

zem pouco caso", critica. Telma explica que foram várias ligações a setores que poderiam resolver a situação. Sua Mãe, dona Valdice, revela que há três anos contactou até a Defesa Civil. "Pediram que a gente ligasse se as fendas aumentassem. Estão

aumentando sim. A gente pede para arrumar, mas ninguém resolve nada."

Telma explica que dorme na edícula e à noite ouve "estalos". "Quando a chuva é mais forte minha mãe pede para dormir dentro de casa." Valdice confessa o temor por algum acidente sério, principalmente com a proximidade das chuvas. Além disso, existe a preocupação com a estrutura de todo o prédio. "Nossa casa está dividindo como dá para ver. Está dando problemas no chuveiro, encanamento, telhas saindo do lugar e até a porta vamos ter que trocar." A dona de casa ainda revela que pretende reformar a casa, mas só poderá fazer isso depois de resolvida definitivamente a situação.

"Dá para consertar sem demolir", assegura Telma. Ela conta que consultou um arquiteto. Valdice acrescenta que o terreno soma 275 metros quadrados, sendo 170 m2 de área construída. No imóvel residem seis pessoas, sendo quatro adultos e duas crianças. Mesmo com todos os transtornos apontados, ela fala da surpresa no último carnê do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) que sofreu aumento. "Mais de 150% porque não legalizei esse pedaço. Mas não legalizei porque está caindo", justifica.

A reportagem questionou a prefeitura sobre o assunto, mas até o fechamento desta edição não recebeu retorno.

Neurologia

Três fotos da Telma Silveira sobre a construção da casa

Estas fotos estão sendo anexadas para comprovar a longevidade do problema.



Prefeitura de
SOROCABA

Gabinete
do Prefeito

GP-RI-0316/12

CÓPIA AO VEREADOR

EM 27/3/12

Senhor Presidente,

Sorocaba, 23 de março de 2012

J. AO EXPEDIENTE EXTERNO

EM

26 MAR 2012

JOSE ANTONIO CALDINI CRESPO
PRESIDENTE

RECIBO DE ENTREGA
06/04/2012-2012-12-10-110730-1/2

Em atenção ao Requerimento nº 0161/12,
de autoria do nobre Vereador JOSÉ ANTONIO CALDINI CRESPO e aprovado
por esse Legislativo, no qual solicita informações sobre danos causados em
imóvel particular, esclarecemos a V. Exa. que:

1- Sim.

2- Não.

3- Não.

4- Não, pois não foi aplicado recurso

público na referida edificação.

5- Prejudicado.

6- Prejudicado.

7- Serão passadas aos moradores as

informações técnicas e pertinentes as quais estão causando os problemas
apontados, no sentido de auxiliá-los a evitar a causa dos referidos problemas.

Segue inclusive parecer técnico do Eng.º Marcos Paulo Dionísio da Secretaria
de Obras e Infra-Estrutura Urbana – SEOBE.

Falso

Falso



**Prefeitura de
SOROCABA**

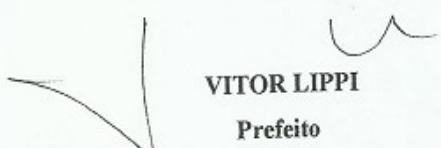
**Gabinete
do Prefeito**

8- Segue cópia integral conforme solicitado.

9- Se a Prefeitura de Sorocaba fosse realmente a causadora pelos danos ocorridos, obviamente seria a responsável, mas não é o caso, conforme informações técnicas emitidas pelo corpo técnico da Prefeitura.

Sendo só o que se nos apresenta, subscrevemo-nos renovando nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


VITOR LIPPI
Prefeito

DIÁRIO MUNICIPAL DE SOROCABA
NOTICIA GERAL
-24-Mar-2012-12:10-110730-2/2

Exmo. Sr.

VEREADOR JOSÉ FRANCISCO MARTINEZ

DD. Presidente da Câmara Municipal

SOROCABA - SP

Parecer refutado pelo então Vereador Crespo, primeiro a atender ao meu apelo, autor inicial do pedido, fornecendo cópias que constam do PA 16950/2011.

Esperando uma análise da documentação incluída e me dispondo a fornecer todos os detalhes que considerarem necessários, inclusive a apresentação de testemunhas.

Antecipo agradecimentos

Atenciosamente



Valdice Terezinha Gusmão

Sorocaba, 14 de novembro de 2025

Rua José Rodrigues da Silva, 312

CEP 18.055-600

Bairro Ouro Fino

Sorocaba / SP